



# PLANO BÁSICO AMBIENTAL PORTO SUL

ELABORAÇÃO DO PLANO BÁSICO AMBIENTAL DO  
PORTO SUL E DOS ESTUDOS COMPLEMENTARES  
NECESSÁRIOS À SOLICITAÇÃO DA SUA LICENÇA  
DE IMPLANTAÇÃO

PROGRAMA DE PREVENÇÃO À EXPLORAÇÃO SEXUAL



# **PORTO SUL PROGRAMA BÁSICO AMBIENTAL - PBA PROGRAMA DE PREVENÇÃO À EXPLORAÇÃO SEXUAL**

**Novembro de 2014**

## **SUMÁRIO**

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>3</b>
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>1.1. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO .....</b>	<b>5</b>
<b>1.2. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA E SUBPROGRAMAS .....</b>	<b>7</b>
<b>1.3. JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>7</b>
<b>2. OBJETIVO GERAL .....</b>	<b>9</b>
<b>3. SUBPROGRAMA DE PREVENÇÃO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES .....</b>	<b>9</b>
<b>3.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....</b>	<b>9</b>
<b>3.2. METAS .....</b>	<b>9</b>
<b>3.3. METODOLOGIA.....</b>	<b>11</b>
<b>3.4. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL .....</b>	<b>17</b>
<b>3.5. CRONOGRAMA FÍSICO .....</b>	<b>18</b>
<b>3.6. INTERRELAÇÃO COM OUTROS PROGRAMAS.....</b>	<b>21</b>
<b>3.7. EQUIPE TÉCNICA.....</b>	<b>21</b>
<b>4. SUBPROGRAMA DE PREVENÇÃO DA DST E APOIO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE PROSTITUIÇÃO .....</b>	<b>22</b>
<b>4.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....</b>	<b>22</b>
<b>4.2. METAS .....</b>	<b>22</b>
<b>4.3. METODOLOGIA.....</b>	<b>23</b>
<b>4.4. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL .....</b>	<b>24</b>
<b>4.5. CRONOGRAMA FÍSICO .....</b>	<b>25</b>
<b>4.6. INTERRELAÇÃO COM OUTROS PROGRAMAS.....</b>	<b>28</b>
<b>4.7. EQUIPE TÉCNICA.....</b>	<b>28</b>
<b>5. MEDIDAS MITIGADORAS ASSOCIADAS.....</b>	<b>29</b>
<b>6. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA.....</b>	<b>29</b>
<b>7. RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO SUBPROGRAMA.....</b>	<b>29</b>
<b>8. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>29</b>

## ANEXOS

Anexo 1 - Cadastro Técnico Federal – CTF IBAMA

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 - Localização do Porto Sul.....	5
Figura 1.2 - Empreendimento Objeto de Licença de Implantação.....	6

## LISTA DE QUADROS

Quadro 3.1 - Metas do Subprograma de Prevenção da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes .....	10
Quadro 3.2 - Equipamentos de Saúde – SUS na Região do Porto Sul .....	14
Quadro 3.3 - Nº de Equipes de Saúde da Família por Município .....	15
Quadro 3.4 - Resumo de Investimentos da Saúde .....	16
Quadro 3.5 - Cronograma Físico de Execução do Subprograma de Prevenção da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Fase de Pré-Implantação do Empreendimento .....	18
Quadro 3.6 - Cronograma Físico de Execução do Subprograma de Prevenção da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Fase de Implantação do Empreendimento ..	19
Quadro 3.7 - Cronograma Físico de Execução do Subprograma de Prevenção da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Fase de Operação do Empreendimento.....	20
Quadro 3.8 - Equipe Técnica ao Subprograma de Prevenção da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes .....	21
Quadro 4.1 - Metas do Subprograma de Prevenção da DST e Apoio a Pessoas em Situação de Prostituição.....	22
Quadro 4.2 - Cronograma Físico de Execução do Subprograma de Prevenção da DST e Apoio a Pessoas em Situação de Prostituição – Fase de Pré-Implantação do Empreendimento .....	25
Quadro 4.3 - Cronograma Físico Execução do Subprograma de Prevenção da DST e Apoio a Pessoas em Situação de Prostituição – Fase de Implantação do Empreendimento .....	26
Quadro 4.4 - Cronograma Físico de Execução do Subprograma de Prevenção da DST e Apoio a Pessoas em Situação de Prostituição – Fase de Operação do Empreendimento .....	27
Quadro 4.5 - Equipe Técnica ao Subprograma de Prevenção da DST e Apoio a Pessoas em Situação de Prostituição .....	28

## APRESENTAÇÃO

Os Programas que constituem o Plano Básico Ambiental – PBA do Porto Sul são apresentados em conformidade com a Licença Prévia Ibama nº. 447/2012. São abordados, no âmbito do PBA, 37 Programas listados a seguir:

- 1 Programa Ambiental para a Construção
- 2 Programa Compensatório de Plantio
- 3 Programa de Adequação da Infraestrutura das Comunidades do Entorno do Empreendimento
- 4 Programa de Afugentamento e Resgate da Fauna Terrestre
- 5 Programa de Apoio à Contratação e Mão de Obra Local
- 6 Programa de Apoio ao Empreendedorismo
- 7 Programa de Capacitação da Mão de Obra Local
- 8 Programa de Compensação Ambiental
- 9 Programa de Compensação da Atividade Pesqueira
- 10 Programa de Comunicação e Interação Social
- 11 Programa de Controle de Erosão e Assoreamento
- 12 Programa de Educação Ambiental com as Comunidades
- 13 Programa de Emergência Individual (PEI)
- 14 Programa de Gerenciamento de Efluentes
- 15 Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)
- 16 Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR)
- 17 Programa de Gestão Ambiental (PGA)
- 18 Programa de Gestão e Monitoramento da Linha de Costa
- 19 Programa de Implantação dos Sistemas Locais de Habitação e Planos Locais de Habitação
- 20 Programa de Mitigação das Interferências no Sistema Viário
- 21 Programa de Monitoramento da Atividade Pesqueira
- 22 Programa de Monitoramento da Batimetria
- 23 Programa de Monitoramento da Biota Aquática
- 24 Programa de Monitoramento da Fauna Terrestre
- 25 Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar
- 26 Programa de Monitoramento das Águas e Sedimentos
- 27 Programa de Monitoramento de Flora
- 28 Programa de Monitoramento de Ruídos e Vibrações
- 29 Programa de Prevenção à Exploração Sexual**
- 30 Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial
- 31 Programa de Reassentamento e Desapropriação
- 32 Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)
- 33 Programa de Reorientação da Atividade Turística no Litoral Norte
- 34 Programa de Reposição da Vegetação de Nascentes, Matas Ciliares e Manguezais
- 35 Programa de Resgate de Flora
- 36 Programa de Valorização da Cultura
- 37 Programa de Verificação e Gerenciamento da Água de Lastro dos Navios

## 1. INTRODUÇÃO

Voltado prioritariamente às comunidades da Área do Entorno do Empreendimento (AEE), estendendo-se ao Litoral Norte do município de Ilhéus, o Programa de Prevenção à Exploração Sexual é parte de uma série de medidas que integram o Programa Básico Ambiental – um Sistema de Gestão para minimização dos possíveis impactos da implantação do Porto Sul.

O Programa de Prevenção à Exploração Sexual e respectivos subprogramas foram elaborados para atender à população mais vulnerável do entorno do Porto Sul – abrangendo os municípios de Ilhéus, Itabuna e Uruçuca – nos termos de uma proposta de intervenção a ser desenvolvida nas fases de planejamento e implantação do empreendimento, respeitando as expectativas desses moradores, bem como considerando ações de cooperação.

O Programa de Prevenção à Exploração Sexual e seus subprogramas serão desenvolvidos prioritariamente na AEE. No que for pertinente, eles poderão ser estendidos aos municípios de Ilhéus, Itabuna e Uruçuca de modo a envolver o conjunto dos estabelecimentos de hospedagem de Ilhéus, rodoviária e aeroporto e na formação de jovens e adolescentes.

É importante ressaltar a ampla rede de assistência social institucionalmente já constituída, conformada por órgãos e projetos federais, estaduais e municipais, além dos conselhos tutelares e das varas da criança e do adolescente, de modo que os programas apresentados só poderão funcionar em diálogo e com a participação direta desses órgãos. Na atividade de assistência, o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS destaca-se por desenvolver: atendimentos individuais; visitas domiciliares e institucionais; encaminhamentos à rede socioassistencial; reuniões e ações comunitárias; palestras voltadas às famílias e à comunidade; oficinas de convivência e de trabalho socioeducativo; campanhas socioeducativas; incentivo à geração de trabalho e renda, por meio da capacitação e intermediação da mão de obra; articulação e fortalecimento de grupos sociais locais. Estas atividades correspondem à maioria das ações propostas pelos programas de mitigação relacionados à exploração sexual, aprovadas pelo IBAMA no processo de licenciamento do Porto Sul. Nos campos do controle e monitoramento, destaca-se a Vigilância Socioassistencial, estruturada nos três níveis de governo e o principal instrumento na organização dos registros da violação de direitos. Vinculada ao Sistema Único de Assistência Social (Suas), a Vigilância tem o objetivo de sistematizar informações sobre as famílias e indivíduos em situação vulnerável, conforme o site do CRAS:

“a Vigilância considera ainda as diferentes etapas da vida do cidadão, desde a infância, passando pela adolescência, idade adulta e terceira idade. Entre suas tarefas, está o acompanhamento dos padrões de oferta dos serviços nas unidades da assistência social, produzindo e sistematizando informações que demonstrem a qualidade dos serviços ofertados. A Vigilância é uma área de gestão da informação dedicada a apoiar as atividades de planejamento, supervisão e execução dos serviços sócio assistenciais. Trabalha através do fornecimento de dados, indicadores e análises que contribuam para efetivação do caráter preventivo e proativo da política de assistência social, assim como para a redução dos danos<sup>1</sup>”.

<sup>1</sup> Disponível em <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/vigilancia-socioassistencial%20>> Acesso em novembro de 2013

## 1.1. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O Porto Sul é um empreendimento concebido no Planejamento Estratégico do Estado da Bahia e corresponde ao Porto ligado à Ferrovia de Integração Oeste-Leste no Oceano Atlântico. Esta Ferrovia articula este porto marítimo com as regiões produtivas do oeste da Bahia e o Brasil Central. Seus objetivos estruturantes são:

- Reverter o processo de concentração da economia estadual na RMS;
- Reinsere o Estado no mercado nacional e global;
- Rearticular o Estado com seu próprio território;
- Reverter a atual dinâmica de decadência econômica vivida pela região a partir da crise do cacau.

O empreendimento se localiza na Costa Leste do Brasil, no litoral norte do município de Ilhéus-BA, entre as localidades de Aritaguá e Sambaituba, nas proximidades com o rio Almada. A **Figura 1.1** mostra a localização do empreendimento.

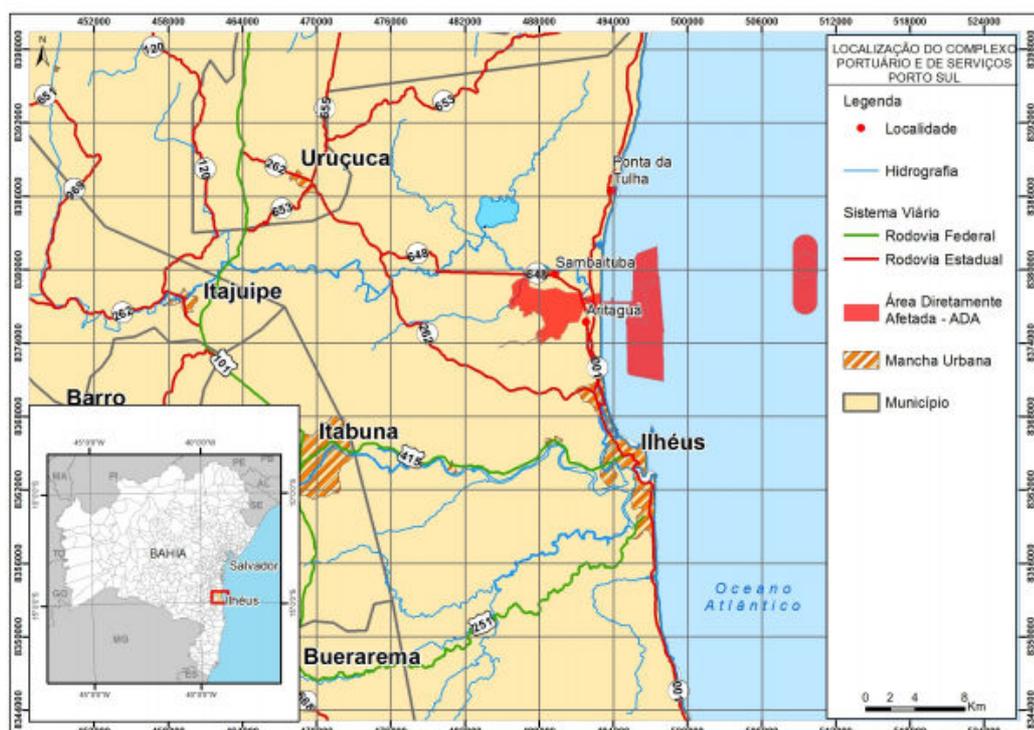


Figura 1.1 - Localização do Porto Sul

Diversos estudos foram realizados durante o processo de obtenção de Licença Prévia. Todos estes estudos foram realizados ponderando de forma integrada as repercussões da implantação e operação do Porto Sul, que inclui um Porto Público e o Terminal Privado da Bahia Mineração. Este processo culminou com a emissão da Licença Prévia nº. 447/12 por parte do IBAMA, em 14 de novembro de 2012.

Nesta nova etapa do processo do licenciamento (Licença de Implantação) estão sendo consideradas as seguintes estruturas para funcionamento geral do Porto e do Terminal Privado da BAMIN:

- acessos rodoviários e ferroviários ao porto, áreas comuns ao Porto Público e a BAMIN;
- parte dos acessos rodoviários e ferroviários internos ao Porto Público;
- seções da ponte marítima para atendimento ao terminal da BAMIN e do Porto Público;
- parte do quebra-mar para atendimento ao terminal da BAMIN e do Porto Público;
- berço para embarque de minério e dois berços para graneis associados ao Porto Público;
- berço para embarque do minério da BAMIN;
- dragagem associada ao canal de acesso e ao lado norte do quebra-mar;
- corredor central de serviços;
- estacionamento de caminhões;
- aduana;
- estações de tratamento de água e efluentes líquidos e central de resíduos;
- pedreira;
- píer provisório;
- canteiros de obras; e
- estrutura retroportuária e *offshore* do terminal da BAMIN.

A Figura 1.2 mostra em verde a área objeto da Licença de Implantação.

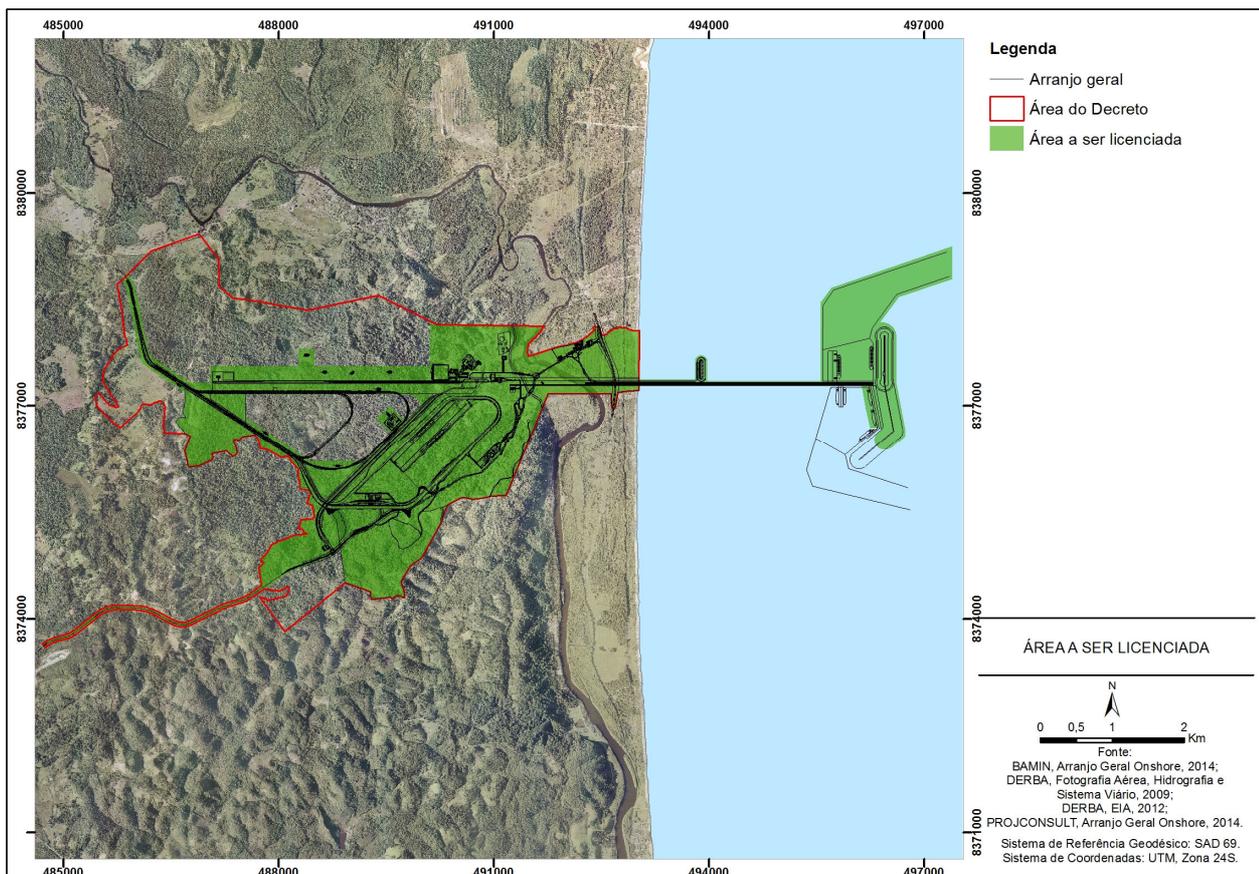


Figura 1.2 - Empreendimento Objeto de Licença de Implantação

Estas estruturas estão detalhadas no Volume 1 deste documento, que apresenta o projeto ora em Licenciamento de Implantação.

Todas as demais estruturas, associadas à operação das cargas a serem movimentadas pelo Porto Público, consideradas no processo das Licença Prévia, deverão ser objeto de licenciamento específico.

## 1.2. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA E SUBPROGRAMAS

O Porto Sul é um empreendimento de grande porte que impactará de maneira considerável a dinâmica socioambiental nos municípios da região, especialmente Ilhéus. Sua fase de implantação está prevista em 54 meses, com a mobilização de mais de 2.000 trabalhadores no pico das obras. Já na fase de operação, estima-se um total de 1.700 trabalhadores.

Para além dos trabalhadores associados ao empreendimento (ainda considerando a expectativa de que 60% do efetivo total sejam de pessoas da própria região), o Porto Sul causará impactos sobre a dinâmica populacional, contribuindo para a atração – somente para Ilhéus – de cerca de 10.000 pessoas, ao longo dos 15 anos subsequentes ao início das obras.

O Programa de Prevenção à Exploração Sexual expressa o resultado da avaliação dos impactos identificados para o empreendimento do Porto Sul e é composto de dois subprogramas:

- **Subprograma de Prevenção da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; e**
- **Subprograma de Prevenção da DST e Apoio a Pessoas em situação de Prostituição.**

O processo de implantação dos subprogramas envolve um grupo de atividades e ações que incluem, num primeiro momento, a realização de um determinado número de Grupos de Discussão e Reuniões Preparatórias para facilitar a articulação entre os diversos agentes envolvidos no desenvolvimento dos subprojetos, além de estimular a mobilização e a sensibilização da população a ser alcançada. Uma vez cumprida, a essa etapa segue-se um conjunto de ações relacionadas a cada um dos subprogramas.

Este programa contará com uma rede institucionalmente já constituída de assistência social, conformada por órgãos e projetos federais, estaduais e municipais, além dos conselhos tutelares e das varas da criança e do adolescente, de modo que o conjunto de programas apresentados só poderá funcionar em diálogo e com a participação direta desses órgãos.

## 1.3. JUSTIFICATIVA

As obras do Porto Sul vão absorver o significativo contingente de trabalhadores previsto para se instalar nas imediações dos canteiros das obras e interagir com a população do entorno. O setor da construção civil absorve majoritariamente homens, o que acaba sendo um fator de aumento da prostituição (de homens e mulheres) e da exploração sexual de menores, em um contexto com recorrência desse problema em razão do Porto de Ilhéus. Tal cenário diz respeito também ao risco de morbidade por DST/AIDS, bem como ao tema da gravidez precoce e indesejada. A exploração sexual está também fortemente associada a outros delitos graves como o tráfico e o consumo de drogas, pornografia infantil, bem como o tráfico de pessoas e escravidão.

A Lei Federal nº. 8.069/90 tipifica a exploração sexual de crianças e adolescentes como um crime contra a vida e contra a humanidade, com graves consequências para a formação física e psíquica de suas vítimas, afetando seu desenvolvimento saudável. O Subprograma de Prevenção da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes engloba diversas ações voltadas à garantia de direitos com equidade, prevenção de abusos, educação sexual e o acompanhamento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Dentro da filosofia da Proteção Social Básica do Governo Federal, o Sistema Único de Assistência Social (Suas), integrado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), está articulado, nos níveis municipal, estadual e federal, para a promoção de ações como o serviço de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, que objetivam minimizar as situações de risco e fortalecer vínculos familiares e comunitários com o auxílio de projetos locais. Este conjunto de medidas institucionais pretende desenvolver um processo de acolhimento, convivência e socialização das vítimas, dos indivíduos e das famílias em situação de risco. Os serviços e programas previstos envolvem os chamados Benefícios Eventuais da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e os Benefícios de Prestação Continuada (BPC), que integram a Proteção Social Básica. Esta, por sua vez, atua através dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e da rede de serviços socioeducativos direcionados para grupos específicos, dentre eles, os dos Centros de Convivência para crianças, jovens e idosos.

As medidas assistenciais do Governo Federal incluem ainda:

“a Proteção Social Especial (PSE) destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para integrar as ações da Proteção Especial, é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas.

Diferentemente da Proteção Social Básica que tem um caráter preventivo, a PSE atua com natureza protetiva. São ações que requerem o acompanhamento familiar e individual e maior flexibilidade nas soluções. Comportam encaminhamentos efetivos e monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção.

As atividades da Proteção Especial são diferenciadas de acordo com níveis de complexidade (média ou alta) e conforme a situação vivenciada pelo indivíduo ou família. Os serviços de PSE atuam diretamente ligados com o sistema de garantia de direito, exigindo uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com outros órgãos e ações do Executivo. Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com governos estaduais e municipais, a promoção do atendimento às famílias ou indivíduos que enfrentam adversidades.

O Centro de Referência Especializada em Assistência Social (Creas) é a unidade pública estatal que oferta serviços de proteção especial, especializados e continuados, gratuitamente a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. Além da oferta de atenção especializada, o Creas tem o papel de coordenar e fortalecer a articulação dos serviços com a rede de assistência social e as demais políticas públicas”<sup>2</sup>.

O princípio que norteia o processo de intervenção pressupõe uma mudança social e econômica, norteada pela conciliação de desenvolvimento, preservação e sustentabilidade – que não pode deixar de envolver a participação da população afetada nos processos de decisão, estimulando sua autonomia no tocante à própria mobilização social para a constituição de um projeto de vida.

Tendo em vista a significativa alteração da dinâmica populacional local, um dos possíveis impactos causados pelo empreendimento é a ampliação dos casos de prostituição e exploração sexual, experiência identificada em outras grandes obras e empreendimentos portuários. Nesse sentido, ações que busquem prevenir a exploração sexual de mulheres, homens, crianças e adolescentes são de fundamental importância.

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/vigilancia-socioassistencial%20>> Acesso em: novembro de 2013

## 2. OBJETIVO GERAL

Garantir o respeito aos direitos das crianças e adolescentes, como definidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e prevenir a exploração sexual de mulheres, homens, crianças e adolescentes – que aqui é entendida como um impacto negativo da atração de trabalhadores para a região e suas consequências para a dinâmica populacional, em decorrência do empreendimento.

## 3. SUBPROGRAMA DE PREVENÇÃO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

### 3.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Garantir o respeito aos direitos das crianças e adolescentes, como definidos pelo ECA, prevenindo possíveis casos de exploração sexual, tendo como objetivos específicos:

- Cadastrar crianças e adolescentes da AEE, segundo situação de risco e interesse em participar das atividades promovidas pelo Centro de Convivência;
- Aproximar e integrar as famílias, escolas, comunidades e instituições públicas;
- Capacitar famílias, escolas e comunidades para o reconhecimento do problema e encaminhamento aos órgãos responsáveis;
- Articular os diversos setores da sociedade envolvidos com o tema;
- Criação do Observatório contra a Exploração Sexual;
- Estimular o combate de atos de exploração sexual;
- Articular órgãos públicos municipais e entidades que trabalham com ações de redução de danos para atuação junto aos segmentos de risco (drogados, menores, etc.).

### 3.2. METAS

A realização do Subprograma de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes é constituída de cinco ações que envolvem as diversas metas apresentadas no **Quadro 3.1**:

**Quadro 3.1 - Metas do Subprograma de Prevenção da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**

<b>Metas</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Prazo</b>
Realização de Grupos de Discussão	Cinco a dez grupos de discussão, com cerca de sete participantes cada, nas principais localidades do entorno	Pré-implantação
Realização de dois fóruns, com a participação de moradores do entorno do empreendimento, para apresentação da proposta tirada das discussões em grupo	Dois fóruns realizados	Pré-implantação, após a realização dos grupos de discussão
Cadastramento das crianças e adolescentes em situação de risco e de interessados em participar das atividades promovidas pelo Centro de Convivência a ser definido	100% das crianças cadastradas	Pré-implantação, após a realização dos grupos de discussão
Mobilização e suporte técnico aos órgãos municipais e elementos da população (CRAS -Centro de Referência em Ação Social) do município de Ilhéus, do Sistema Nacional de Informação do Sistema Único de Assistência Social (Rede Suas) e do Conselho Tutelar; um representante de cada escola e das comunidades da AEE), para formação de um comitê (Observatório contra a Exploração Sexual) responsável pelo acompanhamento da implementação das ações relativas ao Programa.	Comitê de Acompanhamento formado	Pré-implantação, após a realização dos grupos de discussão
Levantamento primário e organização de dados disponíveis em órgãos públicos, como os existentes no Portal de Vigilância <sup>3</sup> e Saúde, e em instituições de ensino superior, visando a criação de um banco de dados unificado que contribua na prevenção e monitoramento da exploração sexual de menores e dos problemas associados à prostituição, como violência física, sexual, psico-moral e por tortura.	Criação de um Centro de Monitoramento de dados para atuar de forma permanente, durante toda a vida útil do Porto	Implantação do Centro durante a fase de pré-implantação do Porto Sul
Realizar uma palestra semestral nas escolas de ensino fundamental e médio das comunidades do entorno, voltada para educação e saúde.	Duas séries de palestras por ano, durante o período de implantação	Início na fase de Pré-implantação e continuação durante o período das obras
Promover a realização de peças teatrais, com a participação de grupos locais e gincanas com jovens, envolvendo as unidades escolares da região	Uma peça teatral e uma gincana por semestre nas escolas do entorno	Durante toda a fase de implantação e nos 2 primeiros anos do início da operação do Porto Sul
Promoção de cursos voltados para atividades esportivas e atletismos (escolinhas de futebol, basquete, vôlei etc.), com promoção de campeonatos locais.	4 cursos por ano, envolvendo 50 crianças da região	Durante a fase de implantação e operação do Porto Sul
Campanhas de divulgação de material informativo sobre exploração sexual	Duas Campanhas por ano com distribuição de materiais informativos nos pontos previamente selecionados	Início na fase de Pré-implantação com duração permanente

<sup>3</sup> Disponível em < [www3.saude.ba.gov.br/cgi/tabcgi.exe?tabnet/sinan/viole.def](http://www3.saude.ba.gov.br/cgi/tabcgi.exe?tabnet/sinan/viole.def)> Acesso em novembro de 2013

### 3.3. METODOLOGIA

Os procedimentos para a realização do subprograma de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes serão desenvolvidos na AEE e envolvem, numa etapa prévia, a promoção de Grupos de Discussão com elementos da população, profissionais das áreas de saúde e educação dos municípios, representantes de órgãos municipais de assistência social e lideranças das localidades do entorno.

A realização de um determinado número de **Grupos de Discussão-GD<sup>4</sup>**, nas diversas comunidades e com a participação dos agentes públicos envolvidos com a questão, constitui uma etapa prévia dos subprogramas e vai permitir a abordagem da realidade local de forma integral, com os participantes do grupo de discussão vivenciando uma situação dialógica na orientação de suas escolhas e tomada de decisão. Esse procedimento também reduz possíveis efeitos da desigualdade política e de assimetrias resultante e arranjos institucionais que são comuns no processo deliberativos e nas práticas representativas dos Conselhos, ONGS, OPS, e organizações civis.

Durante a realização dos grupos, os participantes decidirão de forma coletiva e pactuada quais ações devem ser prioritárias e contribuirão para a criação de uma identidade coletiva, para facilitar o processo de mobilização em torno do tema.

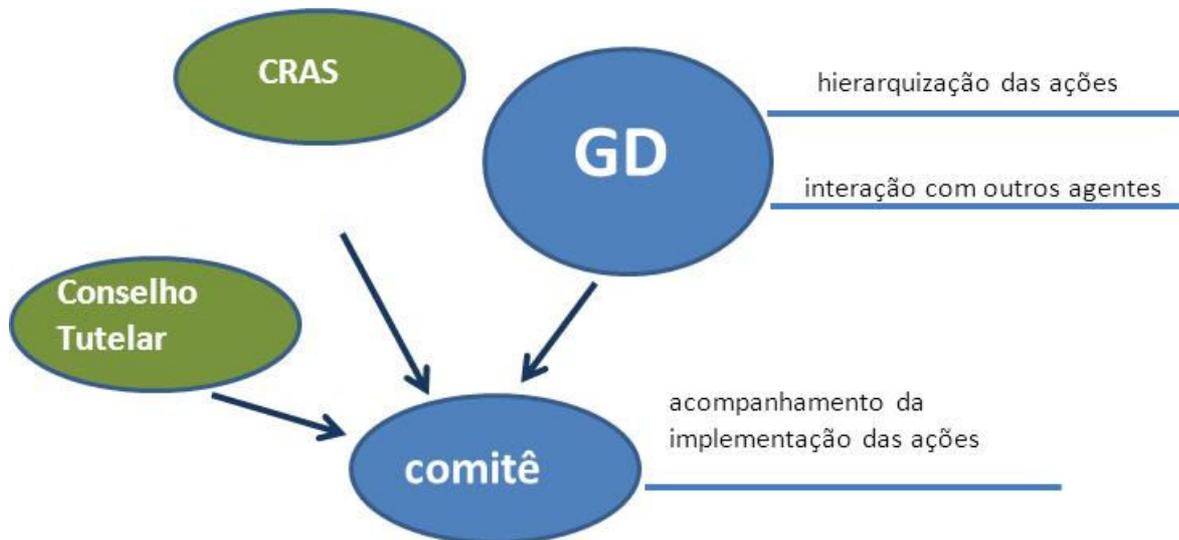
A realização de grupos de discussão envolve as seguintes atividades:

- Levantamento e escolha das comunidades como local de realização dos grupos;
- Recrutamento dos participantes entre a população, lideranças e agentes públicos;
- Escolha de um local para realização dos grupos (escolas, sede de associações ou sindicato).

Os GD deverão contribuir também para a execução das ações previstas neste subprograma, estimulando a articulação com as Prefeituras Municipais de Ilhéus e de Itabuna, por meio de suas Secretarias de Educação, Saúde, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, para inclusão de Programas de Educação e Saúde nas escolas localizadas no entorno do empreendimento e mobilização de grupos culturais e religiosos, ONGS e outras entidades atuantes na região, incluindo a realização de peças teatrais que abordem o tema nas escolas municipais e comunidades da AEE.

Nesta etapa deverá ser constituído um **Observatório contra a Exploração Sexual** com a formação de um comitê responsável pelo acompanhamento da implementação das ações relativas ao Programa. Este comitê deve ser formado pelo CRAS (Centro de Referência em Ação Social) do município de Ilhéus, pelo Conselho Tutelar, por representantes das escolas das comunidades da AEE definidos a partir da realização dos GD.

<sup>4</sup> Em princípio está prevista a realização de 5 a 7 grupos de discussão. O número de grupos a ser executado é definido com base na Teoria da Saturação, que estabelece quando uma amostra satura, indicando o momento de se suspender as sondagens.



Os subprogramas em questão preveem ainda a mobilização da Secretaria Municipal de Saúde de Ilhéus, através das Unidades de Saúde da Família, CRAS e do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), para apoio às famílias de adolescentes em situação de risco e para fortalecer o capital social e político das famílias, promovendo sua inclusão social.

A realização dos subprogramas deverá estar integrada aos programas de Comunicação Social e o de Turismo. Deverá também envolver os programas sociais existentes nas Secretarias de Saúde e de Turismo utilizando materiais como folders, cartazes, cartilhas bilingues, os canais de comunicação direta com a Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal e com o Ministério Público. A prevenção à exploração envolve ainda a articulação com Programas de Mitigação do PBA, voltados para a Formação, Treinamento e Empreendedorismo para o segmento jovem da região e a criação de convênios com programas desenvolvidos pelas organizações públicas e privadas de assistência social como CRAS, SESI, SENAI e outras, para desenvolvimento de cursos voltados para a população jovem da AEE.

### Ações associadas ao subprograma

#### Ação I

Realização de Campanhas Preventivas<sup>5</sup>: realização de uma ampla campanha que será baseada no trabalho com as escolas, as comunidades e as famílias. As campanhas poderão utilizar inúmeros meios, inclusive lúdicos, como peças de teatros nas escolas e cartilhas destinadas aos pais, alunos e professores. É importante que as pessoas passem a identificar e denunciar tentativas ou atos de exploração sexual. Esta ação será desenvolvida após a realização dos Grupos de Discussão, que definirão, de forma pactuada, as atividades consideradas prioritárias pelas comunidades.

<sup>5</sup> O quantitativo é apresentado no quadro com as metas a serem alcançadas pelos subprogramas

### Ação II

Cadastramento da população de crianças e adolescentes das comunidades do entorno, que demonstrem interesse em participar dos programas.

### Ação III

Criação do Observatório contra a exploração sexual e planejamento para utilização do Centro de Convivência e Educação Ambiental em uma localidade do entorno a ser escolhida, como espaço para interação entre jovens e local voltado para melhorar sua formação e capacitação profissional, com a realização de cursos, atividades esportivas, ponto de cultura etc. A estruturação do Centro estará vinculada a este programa. O Centro deverá contar com um pequeno auditório, salas de convivência, salas de aula e equipamentos esportivos que auxiliem no desenvolvimento das habilidades das crianças e adolescentes. Trata-se de uma ação voltada para estabelecer um compromisso social efetivo e com a excelência ambiental. O Centro servirá ainda para concentrar as atividades relativas às campanhas do Programa de Prevenção à Exploração Sexual e permitirá a implantação de programas de visitas estudantis às instalações do Porto, desde o nível da educação básica até ao universitário para os jovens da região. O espaço será compartilhado com ações de outros programas como treinamentos vinculados à área ambiental, atividades voltadas para o incentivo ao empreendedorismo e preservação da cultura.

### Ação IV

Apoio a atividades de esporte e lazer, com estímulo e apoio à formação de atletas em diversas modalidades, realização de cursos de formação de árbitros, realização de gincanas que mobilizem jovens e institua prêmios que estimulem seu engajamento e de suas famílias. Estas ações estão vinculadas à proposta de estruturação do Centro de Convivência com o desenvolvimento de atividades de sociabilidade e lazer, articulado ainda com a Prefeitura Municipal de Ilhéus, a Secretaria de Esportes do Município e a CRAS.

### Ação V

Campanhas regulares de divulgação, junto às tripulações dos navios aportados no Porto Sul, terminais rodoviários e aeroportuários, hotéis e demais equipamentos turísticos da região para disseminar a cultura da não exploração sexual de crianças e adolescentes.

### Ação VI

Priorização de jovens da região do entorno do empreendimento nos cursos de capacitação voltados para os postos de trabalho ofertados pelo Porto Sul, como medida de inclusão social.

As áreas do entorno e de Influência Direta do Porto Sul possuem uma ampla rede de equipamentos para atendimentos de saúde, que devem ser mobilizados na implantação dos subprogramas de prevenção à exploração sexual, conforme relação abaixo<sup>6</sup>:

<sup>6</sup> Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES – Nov/13.

**Quadro 3.2 - Equipamentos de Saúde – SUS na Região do Porto Sul**

ILHEUS	ITABUNA
Centro de Atenção Psicossocial Caps II (adultos)	Caps II (adultos)
CAPS AD (álcool e drogas)	CAPS AD (álcool e drogas)
CAPS I (crianças e adolescentes)	CAPS I (crianças e adolescentes) 1
Centro de Atenção à Criança	
Centro de Testagem e Aconselhamento DST/HIV	Centro de Apoio Diagnose e Terapia (com Centro de Testagem e Aconselhamento DST/HIV)
Maternidades e Unidades de Referência para Atendimento às Gestantes e Mulheres HIV+ Hospital São Jose Maternidade Santa Helena	Maternidades e Unidades de Referência para Atendimento às Gestantes e Mulheres HIV+ • Hospital Manoel Novaes • Maternidade da Mãe Pobre
Unidade Dispensadora de Medicamento Antirretrovirais – UDM Centro de Testagem e Aconselhamento DST/HIV	Unidade Dispensadora de Medicamentos Antirretrovirais – UDM • Centro de Referencia Dr Júlio Brito
Laboratório Municipal de Referência Regional – LMRR Meningite*; Diarréias bacterianas; Brucelose; Mononucleose; Sífilis; Tuberculose; Hanseníase; Micoses – exame direto; Hepatite A, B e C*; Chagas*; Malária*; Rubéola; Citomegalovirus; Toxoplasmose; Dengue*; Herpes; Rotavirus; HTLV I e II*; HIV I e II; Sífilis; Leishmanioses; Esquistossomose; Leptospirose	

**Ilhéus dispõe ainda das seguintes Unidades de Saúde da Família:**

- Unidade de Saúde da Família de Inema Pimenteira  
Rua 7 de Setembro, Inema
- Unidade de Saúde da Família Salobrinho II  
Praça Santo Antônio, Salobrinho
- Unidade de Saúde da Família Teotônio Vilela III  
Rua Airton Sena, Teotônio Vilela
- Unidade de Saúde da Família Nelson Costa I  
Rua Lírio, Nelson Costa
- Unidade de Saúde da Família Teotônio Vilela IV  
Rua Azul, Teotônio Vilela
- Unidade de Saúde da Família Teotônio Vilela II  
Rua Santa Luzia, Teotônio Vilela
- Unidade de Saúde da família de Banco Central  
Praça Jabes Ribeiro, Banco Central
- Unidade de Saúde da Família Salobrinho I  
Rua São Francisco, Salobrinho
- Unidade de Saúde da Família Teotônio Vilela I  
Rua Nossa Senhora da Conceição, Teotônio Vilela
- Unidade de Saúde da Família de Sambaituba Aritagua  
Praça Nova Brasília, Sambaituba
- Unidade de Saúde da Família N S da Vitoria I  
Rodovia Pontal Buerarema, Nossa Senhora Dal Vi
- Unidade de Saúde da Família Castelo Novo Banco do Pedro

- Rua Salgado Filho, Castelo Novo
- Uesf do Alto do Coqueiro  
Rua da Amendoeira, Malhado
- Uesf da Conquista I  
Avenida Paulista, Conquista
- Unidade de Saúde da Família Basílio II  
Praça Nossa Senhora de Fatima, Basílio
- Unidade de Saúde da Família da Barra  
Av Ubaitaba, Barra
- Unidade de Saúde da Família Ilhéus II  
Rua A, Ilhéus II
- Unidade de Saúde da Família de Couto Santo Antônio  
Rua Santa Luzia, Couto

O atendimento voltado para a Saúde da Família conta, segundo os Cadernos de Saúde/DATASUS de set. de 2013, com 61 equipes em atuação nos sete municípios que compõem a AI do empreendimento. Em alguns municípios, como em Barro Preto, a cobertura chega a 100% da população. Em Ilhéus, contudo, a cobertura é insuficiente e terá de ser ampliada, principalmente nas comunidades do entorno do Porto Sul.

**Quadro 3.3 - Nº de Equipes de Saúde da Família por Município**

MUNICÍPIOS	Nº DE EQUIPES	COBERTURA USF
Barro Preto	3	100%
Coaraci	5	86,5%
Itabuna	18	30,16%
Ilhéus	16	29,47%
Itacaré	8	54,64%
Itajuípe	6	99,15%
Uruçuca	5	87,82%
<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>-</b>

Fonte: Ministério da Saúde – Datasus – Set/2013

## Rede SUS na Região

Segundo o Caderno de Investimentos, a rede SUS na região do Porto Sul, atualmente, possui 182 estabelecimentos nas esferas administrativas federal, estadual e municipal que contam com uma diversidade de serviços, entre eles 05 hospitais gerais, 09 Centros de Atenção Psicossocial, 93 Unidades Básicas de Saúde (UBS), 23 Postos de Saúde e 19 Ambulatórios Especializados/Policlínicas oferecendo serviços que vão desde a Atenção Primária até a Média e Alta complexidade. Dentre as 93 UBS da região, existem 61 Equipes de Saúde da Família. Vale ressaltar que a rede básica é de responsabilidade dos municípios. Os leitos disponíveis na região, por município, somam 1147. Além destes, existem outros 62 leitos complementares SUS.

Segundo o Caderno de Investimentos apresentado nos estudos complementares, está prevista a alocação de R\$ 12.769.479,63 na construção, ampliação e reforma de 71 Unidades de Saúde da Família, cada uma delas com capacidade de atender até 4.000 pessoas do seu entorno.

**Quadro 3.4 - Resumo de Investimentos da Saúde**

PROJETO	VALOR TOTAL DO PROJETO	VALOR ASSEGURADO
CONSTRUÇÃO 2 USF (SESAB)	R\$ 210.750,74	R\$ 210.750,74
CONSTRUÇÃO 19 USF (MS)	R\$ 5.738.666,67	R\$ 5.738.666,67
AMPLIAÇÃO 21 USF	R\$ 2.196.560,00	R\$ 2.196.560,00
REFORMA 31 USF	R\$ 4.623.502,12	R\$ 4.623.502,12
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 12.769.479,63</b>	<b>R\$ 12.769.479,63</b>

Fonte: Caderno de Investimentos - SESAB

Os investimentos contemplam a construção de 21 USF, assim distribuídas: 4 em Uruçuca; 3 em Itajuípe; 2 em Barro Preto; 1 em Coaraci; 9 em Ilhéus e 2 em Itacaré. Também estão sendo ampliadas outras 21 unidades: Barro Preto - 02; Coaraci - 01; Ilhéus - 04; Itabuna - 12; Uruçuca - 04. Serão ainda reformadas 6 USF em Ilhéus; 11 em Itabuna; 6 em Itacaré; 4 em Itajuípe e outras 4 em Uruçuca.

No campo do controle e monitoramento, destaca-se a Vigilância Socioassistencial, estruturada nos três níveis de governo e o principal instrumento na organização dos registros da violação de direitos. Vinculada ao Sistema Único de Assistência Social (Suas), a Vigilância tem o objetivo de sistematizar informações sobre as famílias e indivíduos em situação vulnerável, conforme o site do CRAS:

“a Vigilância considera ainda as diferentes etapas da vida do cidadão, desde a infância, passando pela adolescência, idade adulta e terceira idade. Entre suas tarefas, está o acompanhamento dos padrões de oferta dos serviços nas unidades da assistência social, produzindo e sistematizando informações que demonstrem a qualidade dos serviços ofertados. A Vigilância é uma área de gestão da informação dedicada a apoiar as atividades de planejamento, supervisão e execução dos serviços socioassistenciais. Trabalha através do fornecimento de dados, indicadores e análises que contribuam para efetivação do caráter preventivo e proativo da política de assistência social, assim como para a redução dos danos<sup>7</sup>”.

Ainda no Plano Federal destaca-se o trabalho do Ministério do Turismo (MTur) desenvolveu com parcerias com em parceria com o Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (CET/UnB), Projeto de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo que teve como parceiros, Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), Grupo de Ação Regional para as Américas (GARA), CONANDA, CNT SEST SENAT, Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), Childhood, Resposta!, Organização Internacional do Trabalho (OIT); Organização Mundial do Turismo (OMT)

Na esfera privada é possível identificar um sem número de organizações e “mini-públicos<sup>8</sup>” programas voltados para o combate aos abusos intra e extra-familiar de crianças e jovens que procuram fortalecer o vínculo entre esse segmento e suas famílias, dos quais se pode citar os programas da “Childhood Brasil<sup>9</sup>” como o “Na mão Certa”; do Serviço Social da Indústria (SESI) como a campanha “Com Criança Não se Brinca” do Projeto ViraVida; SENAI; SEBRAE; SESC, SENAC; Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo- SESCOOP; do fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no Brasil, Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente que representa no Brasil a “Save the Children”. Estas organizações públicas e

<sup>7</sup> Disponível em <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/vigilancia-socioassistencial%20>> Acesso em novembro de 2013

<sup>8</sup> Referencia as novas formas de participação definidas por FUNG, Archon. 2004. “Receitas para esferas públicas: oito desenhos institucionais e suas consequências”. In: Coelho, Vera Schattan; Nobre, Marcos. (orgs.) *Participação e Deliberação: Teoria Democrática e experiências institucionais no Brasil Contemporâneo*. (2004) São Paulo, Editora 34.

<sup>9</sup> Disponível em <<http://www.childhood.org.br/>> Acesso em novembro 2013

privadas podem atuar como parceiras junto com a BAMIN na Prevenção a exploração sexual de crianças e adolescente.

### **3.4. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O Programa de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes foi desenvolvido e proposto no EIA/RIMA do Porto Sul, como condicionante, e incluído como condicionante, a ser detalhada no âmbito do Plano Básico Ambiental pela LP nº. 447/12, pelo IBAMA, com diretrizes dadas no Parecer IBAMA nº. 101/12.

Os subprogramas voltados para crianças e adolescentes vão ao encontro de um conjunto de diplomas Legais constituídos pela Constituição Federal de 1988, na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) Lei nº 8.742, de 7/12/1993; pelas Leis nº 12.435, de 06/07/2011 e nº 12.470, de 31/08/2011, que alteram dispositivos da LOAS e pelos Decretos nº 6.214, de 26 de setembro de 2007 e nº 6.564, de 12 de setembro de 2008, pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e pela na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/Suas).

### 3.5. CRONOGRAMA FÍSICO

A primeira etapa do sub-programa deverá ocorrer na fase anterior ao início das obras para construção do Porto Sul (pré-implantação) (**Quadro 3.5**). Ela vai envolver o processo de mobilização social, cadastramento e consulta da população por meio da realização dos grupos de discussão e fóruns para apresentação dos resultados dos grupos, bem como a articulação com instituições de ensino locais, para a realização de pesquisas de monitoramento e a formação de um Comitê Gestor. Essas ações estão voltadas para as comunidades da AEE.

**Quadro 3.5 - Cronograma Físico de Execução do Subprograma de Prevenção da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Fase de Pré-Implantação do Empreendimento**

ATIVIDADES	SEMANA									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Levantamento prévio dos locais para realização dos GD	■	■								
Mobilização dos Agentes Públicos que participarão dos GD	■	■	■							
Mapeamento das lideranças locais.	■	■	■							
Mobilização e identificação de grupos de interessados em participar dos GD.		■	■	■						
Realização dos Grupos de Discussão.					■	■	■			
Reunião Ampliada para a apresentação das propostas tiradas dos grupos.							■	■		
Articulação com instituições para realização de pesquisa e monitoramento					■	■	■	■		
Cadastramento de crianças e adolescentes a AEE para participação nos subprogramas e benefícios									■	■
Formação do Comitê									■	■

Fonte: Elaboração própria, 2013

A segunda etapa, constituída de seis atividades, tem previsão de execução a partir do 1º mês do início das obras de implantação do empreendimento. Essas atividades irão se **repetir a cada semestre** até a fase de operação do empreendimento.

**Quadro 3.6 - Cronograma Físico de Execução do Subprograma de Prevenção da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Fase de Implantação do Empreendimento**

ATIVIDADES	MÊS					
	1	2	3	4	5	6
Campanhas preventivas nas escolas, comunidades e famílias						
Realização de peças teatrais e gincanas						
Atividades de esporte e lazer, com estímulo e apoio à formação de atletas em diversas modalidades						
Divulgação de material informativo nos portos, terminais rodoviários e aeroportuários, hotéis etc						
Articular com o Programa de Empreendedorismo e Programa de Capacitação para realizar Cursos de capacitação voltados para os postos de trabalho ofertados pelo Porto Sul						

Fonte: Elaboração própria, 2013

O Programa compreende ainda a estruturação do Centro de Convivência, além de sua administração. Este centro deverá contar com quatro salas de aula, a atender não apenas este programa, mas os programas de Capacitação de Mão de Obra, Compensação Pesqueira, Valorização da Cultura, Comunicação e Interação Social e Educação Ambiental; uma quadra de esportes e um teatro de pequeno porte.

As atividades realizadas na fase de implantação terão continuidade na fase de operação, algumas com duração prevista por toda a vida útil do Porto. No entanto, sugere-se que as ações empreendidas sejam submetidas a um processo de avaliação após dois anos da entrada em operação do Porto, o que vai indicar a efetividade dos subprogramas e a necessidade de possíveis ajustes.

**Quadro 3.7 - Cronograma Físico de Execução do Subprograma de Prevenção da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Fase de Operação do Empreendimento**

ATIVIDADES	MÊS					
	1	2	3	4	5	6
Campanhas preventivas nas escolas, comunidades e famílias						
Realização de peças teatrais e gincanas						
Atividades de esporte e lazer, com estímulo e apoio à formação de atletas em diversas modalidades.						
Divulgação de material informativo nos portos, terminais rodoviários, aeroportuários, hotéis outros equipamentos turísticos						
Cursos de capacitação e requalificação voltados para os postos de trabalho ofertados pelo Porto Sul						
Administração do centro de Convivência*						

Fonte: Elaboração própria, 2013

\*atividade contínua

### 3.6. INTERRELAÇÃO COM OUTROS PROGRAMAS

Conforme apresentado nas Fichas de Avaliação de Impacto Ambiental que integraram o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o seu apêndice 17, os impactos relacionados ao Programa de Prevenção à Exploração Sexual e as ações pensadas para minimizar seus efeitos possuem forte interrelação com os outros programas que integram o PBA, como a seguir: Programa de Adequação da Infraestrutura das Comunidades do Entorno do Empreendimento; de Educação Ambiental; de Apoio ao Empreendedorismo; de Capacitação da Mão de Obra Local; de Comunicação e Interação Social; da Atividade Turística e de Valorização da Cultura.

O Centro de Convivência, com localização a ser definida, poderá ser utilizado por diversos dos demais programas.

A gestão de todos os programas que compõem o PBA do empreendimento está associada ao Programa de Gestão Ambiental, o qual prevê uma estrutura de controle de qualidade e prazos.

### 3.7. EQUIPE TÉCNICA

Quadro 3.8 - Equipe Técnica ao Subprograma de Prevenção da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

Profissional	Formação/ Experiência	Função	Período <sup>10</sup> de Contrato (meses)
01 Sociólogo Sênior	Experiência em Coordenação de Projetos em Projetos de Intervenção social	Coordenação Geral  Obs. Esse profissional pode coordenar outros projetos como o de preservação da cultura.	Início na fase de pré-implantação, com duração permanente.
01 Sociólogo/Assistente Social	Especialista em projeto de intervenção	Gestor de Desenvolvimento Social Relacionamento com comunidades e desenvolvimento de projetos de intervenção	Início na fase de pré-implantação, com duração permanente.
01 Psicólogo	Especializado no tratamento de crianças e adolescentes	Atendimento ao público	Início na fase de pré-implantação, com duração permanente.
01 Agente Sanitarista	Especialista em saúde da família	Atendimento ao público no Centro de convivência	Início na fase de pré-implantação com duração permanente
01 Profissional com formação em Educação Física	Experiência de trabalho comunitário com crianças e adolescentes	Desenvolver cursos e atividades esportivas	Periodicamente durante Início na fase de pré-implantação, com duração permanente.
02 Estagiários	Administração e serviço social.	Apoio às atividades	Substituídos a cada 2 semestres

Fonte: Elaboração própria, 2013.

<sup>10</sup> As atividades devem ser reavaliadas após dois anos de operação do Porto para possíveis reajustes.

## 4. SUBPROGRAMA DE PREVENÇÃO DA DST E APOIO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE PROSTITUIÇÃO

### 4.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Articular a ação de profissionais de saúde, psicólogos e assistentes sociais no acompanhamento dos públicos de risco; e
- Desenvolver e promover a prevenção de DST/AIDS

### 4.2. METAS

Quadro 4.1 - Metas do Subprograma de Prevenção da DST e Apoio a Pessoas em Situação de Prostituição

Metas	Quantidade	Prazo
Identificação das instituições públicas e privadas atuantes no tema da prostituição em Ilhéus.	Cobrir 100% do Município de Ilheus	Durante a fase de Pré-implantação, até 60 dias a partir do início do subprograma
Levantamento do público alvo do subprograma	da população envolvida na atividade	Durante a fase de Pré-implantação, até 60 dias a partir do início do subprograma
Acompanhamento psicológico e social para mulheres que estão na atividade no entorno dos Porto de Ilheus e Porto Sul	Cobrir 100% da população envolvida na atividade	Até 180 dias após o início do programa
Articulação com órgãos municipais e estaduais de saúde para desenvolvimento de programas voltados para educação sexual, orientação e prevenção quanto a DSTs, uso de drogas, gravidez indesejada e outras ações de redução de danos, distribuição de preservativos etc.	Uma campanha a cada seis meses	Até 180 dias após o início do programa
Campanhas regulares nos terminais portuários e rodoviários para prevenção de DST/ AIDS com emprego de material informativo como folders, cartazes e cartilhas bilíngues.	Uma campanha a cada seis meses	1ª campanha após 30 do início do subprograma. 2ª campanha 90 dias após o início do subprograma

Fonte: Elaboração própria, 2013

### 4.3. METODOLOGIA

O Subprograma de Prevenção às DSTs/AIDS e Apoio a Pessoas em Situação de Prostituição visa minimizar os impactos decorrentes do aumento da população, causado pela chegada de trabalhadores durante as fases de implantação e operação do Porto, e pela presença de navios de diversas nacionalidades. O reforço da clientela potencial – que inclui ainda a população de desembarcados por períodos definidos – é um chamariz para a prostituição (de homens e mulheres), agravando o problema. Esse cenário pode impactar a morbidade por DST/AIDS, a ocorrência de gravidezes precoces e indesejadas e o aumento do tráfico e consumo de drogas ilícitas.

Basicamente, a abordagem da questão da prostituição está assentada no acompanhamento dos envolvidos através dos princípios do Programa Assistência Integral à Saúde da Mulher – PAISM e na Política Nacional de saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) do Ministério da Saúde, no âmbito do Governo Federal, mas que abarca também as esferas estadual e municipal, dentro do Sistema Único de Saúde-SUS, voltado à saúde integral da população feminina e demais envolvidos. O subprograma deverá estabelecer uma articulação com as instituições públicas e as ONGs atuantes na região, como os Centros de Atenção Psicossocial-CAP<sup>11</sup>, o Centro de Testagem e Aconselhamento DST/HIV e outros voltados para públicos LGBTs, principalmente transexuais e travestis – que por conta de sua condição trans nem sempre frequentam escolas ou outros espaços mais institucionalizados e em geral apresentam alto grau de vulnerabilidade – procurando desenvolver o empoderamento do segmento da população afetado, com o fortalecimento do capital social e humano e promovendo a inclusão social.

O desenvolvimento do subprojeto **de Prevenção da DST e apoio a pessoas em situação de prostituição** contará com uma fase inicial, na qual a equipe técnica contratada pelo empreendedor deverá realizar uma aproximação do público-alvo. Essa abordagem deverá contar com o apoio de pessoal técnico que já atua na área por intermédio de instituições públicas e privadas. A equipe do empreendedor também ficará encarregada da articulação com órgãos municipais de saúde e de assistência social, como o CRAS, para contribuir para a realização de ações de acompanhamento psicossocial e intensificação de programas de educação sexual e de prevenção às DSTs, que estejam em desenvolvimento na região.

As Campanhas informativas deverão estar sintonizadas com as que já são desenvolvidas pelas Secretarias de Saúde e de Turismo e departamentos das Polícias Federal, Rodoviária e Civil.

#### Ação I

Aproximação e levantamento da população de Ilhéus em situação de prostituição. Essa aproximação deverá estar articulada com as instituições públicas e privadas que atuam com o tema na área.

#### Ação II

Articulação com Prefeitura Municipal, CRAS e ONGS e outras entidades envolvidas com o problema, para acompanhamento psicológico e social dos indivíduos que estão na atividade, em Ilhéus.

<sup>11</sup> Ver relação de equipamentos de Saúde disponíveis na área, Quadro 1.2.1 Equipamentos de Saúde na região do Porto Sul.

### Ação III

Articulação com Prefeitura Municipal de Ilhéus, Secretaria Municipal de Saúde, CRAS e ONGS que atuem junto à população de risco, para a intensificação dos programas voltados para educação sexual, orientação e prevenção quanto a DSTs, uso de drogas, gravidez indesejada e outras ações de redução de danos, distribuição de preservativos etc.

### Ação IV

Campanhas regulares junto à rodoviárias e tripulações dos navios aportados nos terminais portuários, para prevenção de DST/ AIDS, com emprego de material informativo como folders, cartazes e cartilhas bilíngues.

## **4.4. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

A proteção a crianças e adolescentes está amparada no plano internacional pela **Convenção Internacional dos Direitos da Criança da ONU (1989)** e pela no plano interno por um amplo conjunto de diplomas legais da legislação Brasileira, Destacando a **Constituição Federal de 1988**; o **Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)**; a **Lei Orgânica da Assistência Social (Loas)**. A proteção é ainda objeto da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/Suas) o exercício do controle social implica no planejamento, acompanhamento, avaliação e fiscalização das ofertas dos programas, serviços e benefícios socioassistenciais.

## 4.5. CRONOGRAMA FÍSICO

A primeira etapa do programa – fase de pré-implantação deverá ocorrer na fase anterior ao início das obras para construção do Porto Sul e consistirá da identificação das instituições públicas e privadas voltadas para proteção a mulheres, grupos LGTBS, transexuais etc. Ela também envolverá a identificação deste público ,para seu acompanhamento, e a elaboração de campanhas de educação sexual. As campanhas também serão destinadas às tripulações dos navios.

**Quadro 4.2 - Cronograma Físico de Execução do Subprograma de Prevenção da DST e Apoio a Pessoas em Situação de Prostituição – Fase de Pré-Implantação do Empreendimento**

ATIVIDADES	SEMANA											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Identificação das instituições públicas e privadas atuantes no tema da prostituição em Ilhéus e Itabuna												
Levantamento do público-alvo do subprograma												
Acompanhamento psicológico e social as mulheres que estão na atividade nos Municípios de Ilhéus e Itabuna												
Desenvolvimento de programas destinados à população envolvida com a atividade de prostituição, voltados para a educação sexual, orientação e prevenção quanto a DSTs, gravidez indesejada, uso de drogas e outras ações de redução de danos, distribuição de preservativos etc.												
Campanhas regulares em rodoviárias e junto a tripulações dos navios aportados nos terminais portuários e para prevenção de DST/ AIDS com emprego de material informativo como folders, cartazes e cartilhas bilingues.												

Fonte: Elaboração própria, 2013

A segunda etapa, constituída de 3 atividades, tem previsão de execução a partir do 1º mês do início das obras de implantação do empreendimento. Essas atividades irão se repetir a cada semestre até a fase de operação do empreendimento.

**Quadro 4.3 - Cronograma Físico Execução do Subprograma de Prevenção da DST e Apoio a Pessoas em Situação de Prostituição – Fase de Implantação do Empreendimento**

ATIVIDADES	MÊS					
	1	2	3	4	5	6
Desenvolvimento de programas destinados à população envolvida com a atividade de prostituição, voltados para educação sexual, orientação e prevenção quanto a DSTs, gravidez indesejada, usos de drogas e outras ações de redução de danos, distribuição de preservativos etc.						
Acompanhamento psicológico e social das mulheres que estão na atividade nos Municípios de Ilhéus e Itabuna						
Campanhas regulares junto a terminais rodoviários e aos trabalhadores contratados para as obras na fase de implantação do Porto Sul, com conteúdo voltado para Educação Sexual e prevenção de DST/ AIDS, com emprego de material informativo como folders, cartazes e cartilhas bilíngues.						

Fonte: Elaboração própria, 2013

Na fase de operação, as atividades dos programas de educação sexual para a população em situação de prostituição, campanhas informativas junto a terminais rodoviários e portuários e de acompanhamento psicológicos da população envolvida serão continuadas.

**Quadro 4.4 - Cronograma Físico de Execução do Subprograma de Prevenção da DST e Apoio a Pessoas em Situação de Prostituição – Fase de Operação do Empreendimento**

ATIVIDADES	MÊS					
	1	2	3	4	5	6
Campanhas regulares em rodoviárias e junto a tripulações dos navios aportados nos terminais portuários para prevenção de DST/ AIDS com emprego de material informativo como folders, cartazes e cartilhas bilingues.						
Desenvolvimento de programas destinados à população envolvida com a atividade de prostituição, voltados para educação sexual, orientação e prevenção quanto a DSTs, gravidez indesejada, usos de drogas e outras ações de redução de danos, distribuição de preservativos etc.						
Acompanhamento psicológico e social das mulheres que estão na atividade nos Municípios de Ilhéus e Itabuna.						

Fonte: Elaboração própria, 2013

## 4.6. INTERRELAÇÃO COM OUTROS PROGRAMAS

Conforme apresentado nas Fichas de Avaliação de Impacto Ambiental que integraram o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu apêndice 17, os impactos relacionados ao Programa de Prevenção à Exploração Sexual e as ações pensadas para minimizar seus efeitos possuem forte inter-relação com os Programas de Educação Ambiental para a Comunidade; de Apoio ao Empreendedorismo; de Valorização da Cultura e de Comunicação Social.

A gestão de todos os programas que compõem o PBA do empreendimento está associada ao Programa de Gestão Ambiental, o qual prevê uma estrutura de controle de qualidade e prazos.

## 4.7. EQUIPE TÉCNICA

Identificação dos profissionais que deverão executar o programa. Deve feita a chamada do quadro no texto.

**Quadro 4.5 - Equipe Técnica ao Subprograma de Prevenção da DST e Apoio a Pessoas em Situação de Prostituição**

Profissional	Formação/ Experiência	Função	Período de Contrato (meses)
01 Assistente Social	Gestão de Projetos e Intervenção social	Coordenador do subprojeto	Início na fase de pré-implantação, com duração permanente ao longo do subprograma
01 Psicólogo	Atendimento psicossocial de adultos. Atuação compartilhada com o subprograma de Prevenção da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	Atendimento primário para encaminhamento às unidades de saúde competentes	Início na fase de pré-implantação, com duração permanente ao longo do subprograma
01 Agente Sanitarista	Compartilhado com o sub programa de Prevenção da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e de Prevenção de da DST e apoio a pessoas em situação de prostituição	Atendimento primário para encaminhamento às unidades de saúde competentes	Início na fase de pré-implantação, com duração permanente ao longo do subprograma
02 Estagiários	Serviço social e da área de saúde	Apoio às atividades	Início na fase de pré-implantação, com duração permanente ao longo do subprograma

Fonte: Elaboração própria, 2013.

## 5. MEDIDAS MITIGADORAS ASSOCIADAS

Estão associadas ao Programa as seguintes Medidas Mitigadoras sugeridas nos estudos ambientais para obtenção de Licença Prévia:

- Desenvolver ações efetivas para prevenção à exploração sexual, sem prejuízo da inserção do conteúdo de elementos educativos preventivos no âmbito dos programas de Educação Ambiental e do Programa de Valorização da Cultura;
- Desenvolvimento de ações sócio-culturais e esportivas na AEE.

## 6. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA

O presente programa foi elaborado pelo sociólogo Cláudio André de Souza.

## 7. RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO SUBPROGRAMA

Empreendedor.

## 8. REFERÊNCIAS

**Augras, M. (1980).** *Opinião Pública*. 4. ed. Petrópolis: Vozes.

**CADERNOS DE SAÚDE - DATASUS** de set. de 2013. Disponível em:  
<<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=040802>>. Acesso em: novembro de 2013

**Callejo, J. (2001).** *El Grupo de Discusión: introducción a una práctica de investigación*. Barcelona: Ariel Practicum.

**Colling, Leandro (org.).** *Stonewall 40 + o que no Brasil?*. Salvador: EDUFBA 2011.

**DE TONI, Jackson. (2001)** O Planejamento Estratégico e Situacional (PES). In: BROSE, Markus (org). *Metodologia Participativa. Uma introdução a 29 instrumentos*. Porto Alegre: Tomo Editorial.

**Esteves, J. Pissarra.(s/d)** *Opinião pública e democracia na sociedade de informação*. Nova Lisboa: (s/e).

**Ferreira, S.L.; Alves, I.; Costa, A. A. (org.).** *Construindo interdisciplinaridades: estudos de gênero na Bahia*. Salvador: UFBA/ Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

**Giovanni, Sartory (1994).** *A Teoria da Democracia Revisitada*. São Paulo: Atica.

**GOVERNO FEDERAL. MINISTÉRIO DA SAÚDE.** Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://www.abglt.org.br/docs/PoliticaNacional\\_SaudeIntegral\\_LGBT.pdf](http://www.abglt.org.br/docs/PoliticaNacional_SaudeIntegral_LGBT.pdf)>. Acesso em: novembro de 2013.

**HESS, Rémi. (1983).** *Sociologia de Intervenção*. Porto: RÉ.S.

**Howlett Michael (out. 2000).** *A dialética da opinião pública: efeitos recíprocos da política pública e da opinião pública em sociedades democráticas contemporâneas*. Campinas: Publica v.6 n.2.

**Ibáñez, J. (1986).** *Más allá de la sociología. El grupo de discusión: técnica y práctica*. 2.ed. Madrid: Siglo veintiuno.

**Krueguer, R. A. (1988).** *El Grupo de Discusión: guía práctica para la investigación aplicada*. Madrid: Pirámide.

**Louro, G.L.; Felipe, J.; Goellner, S.V. (org.).** *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 6.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

**Rodrigues, A. (1992).** *Psicologia Social*. 14. ed. Petrópolis: Vozes.

**SANTOS, Ailton Dias dos. (2005).** *Metodologias participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais*. São Paulo: Petrópolis.

**TOURAINÉ, Alain. (1982)** O método da sociologia da ação: a Intervenção Sociológica. In: *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, V. 1, n. 3, P. 38-45, Julho de 1982.

---

## **ANEXOS**

---

Anexo 1 - Cadastro Técnico Federal – CTF IBAMA



Ministério do Meio Ambiente  
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis



CADASTRO TÉCNICO FEDERAL  
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR

<b>Registro n.º</b>	<b>Data da Consulta:</b>	<b>CR emitido em:</b>	<b>CR válido até:</b>
4885015	26/11/2014	26/11/2014	26/02/2015

**Dados Básicos:**

CPF: 019.484.475-76

Nome: claudio andre de souza

**Endereço:**

Logradouro: 1ª Trav. Padre Domingos de Brito, casa 149-E, 1 a

N.º: Complemento:

Bairro: Garcia Município: SALVADOR

CEP: 40105-370 UF: BA

**Atividades de Defesa Ambiental:**

**Categoria:**

Código	Descrição
1	5001 - Consultor Técnico Ambiental - Classe 5.0

**Atividade:**

Código	Descrição
1	17 - Agente Ambiental Voluntário
2	10 - Auditoria Ambiental
3	5 - Educação Ambiental
4	11 - Gestão Ambiental
5	8 - Recuperação de Áreas

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa física está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvará e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades.

O Certificado de Regularidade não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

O Certificado de Regularidade tem validade de três meses, a contar da data de sua emissão.

Chave de autenticação	v27s.bnny.wk1b.p7c1
-----------------------	---------------------